

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2019**

**Data de realização: 10/10/2019**

**Horário: a partir das 15h00**

**Local: Câmara Municipal de Magda – Rua Brasil, 311, Centro, Magda-SP**

#### **1. PREÂMBULO**

A Câmara Municipal de Magda, neste ato representada pelo seu Presidente, Natan Pereira de Araújo, torna público que se acha aberta Licitação na modalidade **Pregão Presencial**, do tipo **Menor Preço** – 03/2019, tendo por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais contábeis, abrangendo contabilidade, patrimônio, almoxarifado, folha de pagamento, prestação de contas, Audesp, Sefip, Rais, Dirf, DCTF, Siconfi, etc, pelo regime de empreitada por preço global, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pelo Ato da Mesa da Câmara nº 161, de 2014, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

**1.1.** As propostas deverão obedecer as especificações deste Edital e Anexos, que dele fazem parte integrante.

**1.2.** A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sala destinadas às Licitações da Câmara Municipal de Magda, situada na Rua Brasil, nº 311, Centro, Magda-SP, CEP 15.310-000, iniciando-se no dia **10 de outubro de 2019, às 15h00**, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

**1.3.** Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, concomitante ao credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame. Os envelopes também poderão ser remetidos via postal, obedecidos os termos e condições deste edital.

#### **2. DO OBJETO**

**2.1.** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para execução de serviços técnicos profissionais contábeis, abrangendo contabilidade, patrimônio, almoxarifado, folha de pagamento, prestação de contas, Audesp, Sefip, Rais, Dirf, DCTF, Siconfi, bem como demais informações e transmissões que se fizerem necessárias com fundamento na legislação em vigor, relacionadas ao presente objeto, de acordo com as especificações técnicas dos serviços licitados previstas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;

**2.2.** Os serviços terão a duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por idênticos períodos, limitados ao prazo máximo de quarenta e oito meses, nos termos da legislação vigente.

**2.3.** Por critério de conveniência e oportunidade, a administração poderá, a qualquer tempo, rescindir a prestação dos serviços licitados, sem incidência de multa e(ou) qualquer direito de indenização à licitante vencedora, caso o cargo efetivo de assessor técnico contábil seja provido por meio de concurso público e o servidor empossado já esteja apto para desempenhar todas as atividades contratadas.

#### **3. DA PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**3.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

a) Concordatárias, em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, exceto empresa em recuperação judicial que apresente certidão emitida pela instância judicial competente acompanhada do plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os demais requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital (Súmula 50 – TCE/SP);

b) que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Magda ou com a Administração Pública ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

c) estrangeiras que não funcionem no país.

**3.3.** Em conformidade com artigo 72 e artigo 78, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/1993, fica vedada a participação de empresas que executará o objeto por meio de subcontratação, ou seja, de empresas que não tenha total independência para decidir de imediato quaisquer customizações.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** Havendo interesse do licitante, por si ou seu procurador, em participar da sessão pública do processamento do Pregão, será exigido o credenciamento da pessoa presente.

**4.2.** Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) em se tratando do representante legal de sociedade empresária ou cooperativa, ou empresário individual, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro empresarial, registrado na Junta Comercial; ou, tratando-se de sociedade não empresária, ato constitutivo atualizado registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

**4.3.** Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 8.7 do item 8 deste Edital, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá estar expressa no documento apresentado em cumprimento às disposições da alínea “a” do subitem 4.2 deste item 4.

**4.4.** O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

**4.5.** Será admitido apenas 1 (um) representante credenciado para cada licitante.

**4.6.** Salvo autorização expressa do Pregoeiro, a ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará preclusão do direito de ofertar lances verbais e de manifestar intenção de recorrer, assim como na aceitação tácita das decisões tomadas a respeito da licitação.

**4.7.** Da participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

a) será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação vigente;

b) entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

c) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) as microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

## **5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** A apresentação da declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, da proposta e dos documentos de habilitação se dará pelos meios seguintes:

a) entrega pessoal pelo representante credenciado ao Pregoeiro ou a Equipe de Apoio, se presente à sessão de processamento do Pregão;

b) por remessa postal, por carta registrada, aviso de recebimento, ou outro meio em que reste comprovado, de forma inequívoca, que a Câmara Municipal de Magda a tenha efetivamente recebido em tempo hábil para a devida apreciação.

**5.2.** A entrega pessoal dar-se-á da seguinte forma:

a) a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital, cuja entrega deverá ser concomitante ao credenciamento dos interessados, e deverá ser apresentada fora de envelopes ou quaisquer outros invólucros fechados que demandem a necessidade de sua abertura;

b) a proposta de preço e os documentos para habilitação, cuja entrega deverá se dar imediatamente após o credenciamento do respectivo interessado, deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

**NOME DA ENTIDADE**  
**Envelope nº 01 – Proposta de Preços**  
**Pregão nº 03/2019**  
**Processo nº 65/2019**  
**NOME DO PROPONENTE**

**NOME DA ENTIDADE**  
**Envelope nº 02 – Habilitação**  
**Pregão nº 03/2019**  
**Processo nº 65/2019**  
**NOME DO PROPONENTE**

**5.3.** A remessa via postal deverá obedecer aos seguintes requisitos:

**5.3.1.** A proposta de preço e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, na forma estabelecida na alínea "b" do item anterior, e adicionalmente ao seguinte:

a) referidos envelopes deverão ser acondicionados num terceiro envelope, igualmente fechado e indevassável;

b) este terceiro envelope deverá conter em sua parte externa os seguintes dizeres: "nome do licitante", "número da licitação", "número do processo", e, "data e horário da sessão pública dos procedimentos do Pregão".

**5.3.2.** A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, elaborada nos termos da alínea "a" do item anterior, será apresentada fora dos Envelopes nº 1 e nº 2, porém encartada dentro deste terceiro envelope.

**5.4.** A remessa via postal implicará na renúncia do licitante em credenciar preposto para representá-lo na sessão de procedimentos do Pregão, assim como importará preclusão do direito de ofertar lances verbais e de manifestação de intenção de recorrer, e, ainda, na aceitação tácita das decisões tomadas na sessão respectiva.

**5.5.** A Câmara Municipal de Magda, não se responsabiliza por eventuais atrasos ou extravios das correspondências relativas às remessas via postal, a que não tenha contribuído, ou dado causa.

**5.6.** A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

**5.7.** Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membros da Equipe de Apoio.

## **6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "PROPOSTA"**

**6.1.** A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a)** nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
- b)** número do processo e do Pregão;
- c)** descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações deste Edital;
- d)** preço mensal e total ofertado para a prestação dos serviços, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- e)** prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

**6.2.** Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços objeto da presente licitação.

**6.3.** Para o prazo inicial do contrato, a ser lavrado, o preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

**6.3.1.** Para as eventuais prorrogações de prazo, os preços serão reajustáveis, a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se por base o mês da assinatura do contrato a ser lavrado.

**6.3.2.** Excetuam-se das condições acima mencionadas as hipóteses de alterações consensuais ou mesmo unilaterais que provoquem o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato lavrado, a qualquer das partes contratantes, oportunidade em que deverá sofrer revisão de preços, para mais ou para menos, no menor período possível.

## **7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"**

**7.1.** O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

### **7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a)** registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, ou outro ato constitutivo de empresa registrada em órgão competente;
- c)** documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d)** decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

### **7.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

**b)** prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**c)** prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, relativo a ICMS, da sede ou do domicílio da licitante, de acordo com o ramo de atividade desenvolvido pela empresa. Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo (<https://www10.fazenda.sp.gov.br/CertidaoNegativaDeb/Pages/EmissaoCertidaoNegativa.aspx>) e Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo (<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br/da-ic-web/inicio.do>);

**d)** prova de regularidade de Tributos Municipais, expedida no local do domicílio ou sede da licitante, ou ainda obtidas via *internet*, quando disponível, considerando o ramo de atividade da empresa;

**e)** prova de regularidade de débito com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**f)** prova conjunta negativa de débitos relativa a Tributos Federais, Dívida Ativa da União (Prova de Regularidade) e para com o Sistema de Seguridade Social (INSS);

**g)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da CLT;

**h)** nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional, serão aceitas para fins de habilitação certidão positiva com efeito de negativa, que acuse a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

#### **7.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**a)** Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física.

#### **7.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**a)** comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

#### **7.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**a)** declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital;

**b)** declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho na observância das vedações estabelecidas no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, ou seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital;

**c)** declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme Anexo IV.

**d)** Declaração de enquadramento, como micro empresa ou empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme Anexo V.

#### **7.1.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

**a)** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

**b)** Será admitida, para fins de habilitação, certidão positiva com efeitos de negativa.

#### **7.1.7. TRATAMENTO DIFERENCIADO A MEs E EPPs**

**a)** constitui tratamento diferenciado às Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) o estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006, que se comprovará por meio de documentos cadastrais como Cartão CNPJ e DECA;

**b)** as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste Pregão, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**c)** havendo restrições quanto a documentação de regularidade fiscal de microempresa e empresa de pequeno porte participante do presente Pregão, o Pregoeiro permitirá que a ME ou EPP prossiga para a próxima fase, inclusive abertura do envelope proposta;

**d)** declarada vencedora da licitação a microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro concederá prazo de 05 (cinco) dias para que esta proceda a regularização da documentação, efetue o pagamento ou parcelamento do débito e apresente as certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

**e)** o prazo acima poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro;

**f)** os prazos de recurso interponíveis quanto a fase de análise dos envelopes proposta ficarão interrompidos, até que se cumpra o item “d” desta cláusula.

**g)** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item “d” desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993;

**h)** não efetuada a regularização pela licitante ME ou EPP, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato.

### **8. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

**8.1.** No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com a declaração, pelo Pregoeiro, das licitantes que eventualmente encaminharam os documentos via postal e com o credenciamento dos representantes presentes à sessão e interessados na participação do certame.

**8.1.1.** Aberta a sessão, não serão aceitos e recepcionados documentos encaminhados via postal.

**8.1.2.** A sessão pública será única.

**8.1.3.** Se, porém, a sessão pública estender-se até o horário de encerramento do expediente da promotora do certame, será a mesma declarada suspensa pelo pregoeiro, determinando-se a sua continuidade para o dia útil imediatamente seguinte, no horário do início do expediente respectivo.

**8.2.** Concomitante aos respectivos credenciamentos, os representantes das licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

**8.2.1.** Encerrado o credenciamento dos representantes presentes, este será declarado pelo Pregoeiro e, por consequência, não mais será permitida a admissão de novos participantes no certame.

**8.3.** Abertos os envelopes proposta, o Pregoeiro procederá à análise de seu conteúdo, verificando o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo desclassificadas as propostas:

**a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

**b)** que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

**8.3.1.** No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários; as correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

**8.3.2.** Se a licitante for pessoa física, cooperativa de trabalho, ou qualquer outra em que sobre o preço dos serviços prestados venha a incidir contribuição previdenciária a cargo da Contratante, nos termos da Lei federal nº 8.212, de 24 de junho de 1991, para fins de aferição

do preço ofertado será acrescido o percentual correspondente à obrigação previdenciária respectiva.

**8.3.3.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

**8.4.** As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances verbais, com observância dos seguintes critérios:

**a)** seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

**b)** não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três); no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

**8.5.** O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances verbais de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

**8.5.1.** A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

**8.6.** Os lances verbais deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 50,00 (cinquenta reais), aplicável inclusive em relação ao primeiro.

**8.6.1.** Obedecida a ordem sequencial, a desistência da oferta de lance por um dos concorrentes importará a preclusão de sua participação nas rodadas seguintes.

**8.6.2.** A etapa de lances verbais somente se encerrará quando houver expressa desistência de sua formulação por todos os interessados selecionados.

**8.7.** Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

**8.7.1.** O pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de cinco minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

**8.7.1.1.** A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 8.7.1.

**8.7.2.** Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem 8.7.1.

**8.7.3.** Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 8.7 seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

**8.8.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtidas com base nas disposições dos subitens 8.7.1 e 8.7.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 8.7, com vistas à redução do preço.

**8.9.** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

**8.9.1** O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de sua compatibilidade com os preços dos insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto licitado, acrescido dos respectivos encargos sociais, benefícios e despesas indiretas.

**8.10.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

**8.11.** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos; ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

**8.11.1.** A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser juntados aos autos do processo de licitação os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**8.11.2.** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

**8.11.3.** Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 7.1.2, alíneas “a” a “e” do item 7 deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

a) Para efeito de assinatura do contrato, a licitante habilitada nas condições do subitem 8.11.3 deste item 8 deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

b) A comprovação de que trata a alínea “a” do subitem 8.11.3 deste item 8 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, **no prazo de cinco dias úteis**, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

**8.12.** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

**8.13.** Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 8.7 deste item 8, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## **9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**9.1.** Declarada a proposta vencedora, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, que será registrada na ata respectiva, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de razões de recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**9.2.** A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará:

- a) a decadência do direito de recurso;
- b) a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora; e
- c) o encaminhamento do processo a autoridade competente para homologação.

**9.3.** A não apresentação de razões ou de contrarrazões de recurso não impedirá o seu regular processamento e julgamento.

**9.4.** Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão ou prestará as informações que entender convenientes e o encaminhará a autoridade competente para julgamento.



**9.5.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.6.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, será adjudicado o objeto da licitação e homologado o procedimento pelo(a) Sr.(a) Presidente da Câmara Municipal.

## **10. DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato cuja respectiva minuta constitui o Anexo VI deste Edital.

**10.1.** Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a tributos federais e dívida ativa da União) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**10.2.** Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de **três dias úteis**, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 10.1 deste subitem 10, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**10.2.** A adjudicatária deverá, **no prazo de cinco dias corridos**, contados da data da convocação, comparecer a Câmara Municipal para assinar o termo de contrato.

**10.2.1.** O simples silêncio da Adjudicatária à regular e inequívoca convocação importará em recusa à assinatura do contrato.

**10.3.** Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para nova sessão pública de processamento do Pregão, visando a celebração da contratação.

**10.3.1.** A convocação das demais licitantes se dará por via postal com registro ou aviso de recebimento, *fac-símile*, *e-mail*, ou outra forma em que reste comprovado, de forma inequívoca, que os interessados a tenham recebido.

**10.3.2.** Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 05 (cinco) dias úteis, contados da divulgação da convocação.

**10.3.3.** Nessa nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 8.10 a 8.11 do item 8 e todo o conteúdo do item 9 deste Edital.

## **11. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**11.1.** O objeto desta licitação deverá ser executado nas dependências da Câmara Municipal de Magda, em seus departamentos próprios, situada na rua Brasil, 311, Centro, Magda-SP, de conformidade com o estabelecido neste Edital, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, tributos, e encargos trabalhistas e previdenciários.

## **12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**12.1.** O objeto desta licitação, em cada uma de suas parcelas mensais, será recebido e atestado pelo Setor de Contabilidade, à vista da nota fiscal/fatura representativa dos serviços prestados, mediante a constatação da obediência das cláusulas contratuais firmadas entre as partes.

**12.2.** Constatado o não cumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, deverá a Contratada providenciar os devidos ajustes e correções no prazo estabelecido pela Câmara Municipal de Magda.

**12.2.1.** Na impossibilidade do efetivo cumprimento das condições pactuadas, no seu todo, implicará, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, na inexecução total do contrato ajustado.

**12.2.2.** No caso de parte dessas condições não puderem ser cumpridas, implicará, a critério da Câmara Municipal de Magda, e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, na inexecução parcial do contrato, descontando-se do preço ajustado os valores respectivos.

### **13. DA FORMA DE PAGAMENTO**

**13.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem de crédito na conta bancária da Contratada, ou boleto bancário, conforme o vencimento constante na nota fiscal/faturas relativas a cada mês dos serviços prestados, à vista dos respectivos atestados de recebimentos.

### **14. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

**14.1.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Magda pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**14.2.** As multas serão aplicadas da seguinte forma:

**14.2.1.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração da Câmara Municipal de Magda, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- b) pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**14.2.2.** O atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/1993, o sujeitará à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte proporção:

- a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) ao dia; e
- b) atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 2% (dois por cento) ao dia;

**14.2.3.** Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida;
- b) multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**14.2.4.** O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração da Câmara Municipal de Magda.

**14.2.4.1.** A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no item 14.2.3, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido para substituição.

**14.3.** As multas aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ou recolhidas por guias próprias no Setor de Finanças da Câmara Municipal.

**14.4.** As multas serão independentes, sendo aplicadas cumulativamente, não tendo caráter compensatório e, portanto, não eximem a licitante vencedora da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a acarretar.

**14.5.** Poderão ainda ser aplicadas as sanções de advertência e rescisão contratual quando houver infração as disposições deste Edital, do Contrato, das determinações da Administração e da legislação em vigor.

**14.6.** Para aplicação das sanções será assegurado o direito de prévia e ampla defesa.

### **15. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**15.1.** Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações completas.

## **16. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**16.1.** O controle será executado por agente fiscalizador, ou substituto legal, ao qual caberá a verificação da qualidade dos fornecimentos, comunicando à empresa contratada os fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização.

## **17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**17.1.** Os recursos orçamentários para o atendimento das despesas decorrentes da presente licitação, para o exercício de 2019, serão arcados pela seguinte dotação do orçamento da Câmara Municipal de Magda:

01 031 0001 2002 0000 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

## **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público.

**16.2.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

**16.2.1.** As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

**16.3.** Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

**16.4.** Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Magda, situado na rua Brasil, 311, Centro, Magda-SP, após a celebração do contrato.

**16.5.** Os casos omissos do presente Edital serão solucionados pelo Pregoeiro.

**16.6.** Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo III – Modelo de Declaração para fins do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

Anexo IV – Declaração de Inexistência de Impedimento Legal para Licitar ou Contratar com a Administração;

Anexo V – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VI – Minuta de Contrato;

Câmara Municipal de Magda, 26 de setembro de 2019.

Câmara Municipal de Magda

Presidente: Natan Pereira de Araújo

<p align="center"><b>- ANEXO I -</b> <b>Termo de Referência</b></p>
---

**Especificações Técnicas dos Serviços Licitados**

**JUSTIFICATIVA**

O contrato com a empresa responsável pela prestação dos serviços descritos no item 1.1. vencerá em 26/10/2019 e o cargo efetivo de Assessor Técnico Contábil da Câmara Municipal de Magda encontra-se vago. Como, todavia, os serviços de contabilidade não podem sofrer interrupção, tendo em vista que se trata de serviço essencial e insuscetível de paralização (necessidade contínua), faz-se necessária nova contratação de empresa para que os referidos serviços de contabilidade não venham ser prejudicados, sob pena de comprometer o bom andamento da Administração.

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para execução de serviços técnicos profissionais contábeis, abrangendo contabilidade, patrimônio, almoxarifado, folha de pagamento, prestação de contas, Audeps, Sefip, Rais, Dirf, DCTF, Siconfi, bem como demais informações e transmissões que se fizerem necessárias com fundamento na legislação em vigor, relacionadas ao presente objeto, de acordo com as especificações técnicas dos serviços licitados previstas neste Termo de Referência e no Edital de Licitação.

**2. CONDIÇÕES TÉCNICAS**

2.1. A execução da prestação dos serviços pressupõe o domínio das habilidades e tecnologias descritas no presente Termo de Referência, da posse de máquinas e equipamentos específicos, além da participação de pessoal qualificado.

**3. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES**

3.1. Coordenação, orientação e/ou desenvolvimento de trabalhos técnicos dentro de sua área de competência;

3.2. Análise, classificação e contabilização da documentação correspondente aos atos de gestão econômico-financeiro e patrimonial da Câmara Municipal de Magda, bem como, subsidiar novos planejamentos;

3.3. Levantamento, elaboração e apresentação de balancetes, balanços e demais demonstrações contábeis mensais;

3.4. Assessoria na elaboração da proposta orçamentária anual, bem como a sua reformulação no exercício vigente (se houver necessidade), nos prazos fixados pela Câmara Municipal de Magda;

3.5. Elaboração da prestação de contas anual da Câmara Municipal de Magda, em conformidade com as exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Normas internas do Sistema Audeps, respeitando os respectivos prazos;

3.6. Responder pelo setor de Recursos Humanos da Autarquia, tais como: confecção de folhas de pagamento e emissão de contra-cheques, férias, rescisões contratuais, encargos sociais, emissão das respectivas guias de recolhimento dos encargos e impostos devidos e licenças;

3.7. Registro e contrato de trabalho em caso de admissão de funcionários;

3.8. Proceder as anotações no livro de registro de funcionários e nas carteiras profissionais, bem como a atualização de tais documentos.

3.9. Participação, quando convocado, de Reuniões Plenárias e de Diretoria, para prestar esclarecimentos relacionados ao objeto licitado;

3.10. Análise das prestações de contas mensais, das propostas orçamentárias anuais e das reformulações orçamentárias, se houver, da Câmara Municipal de Magda; com emissão dos respectivos pareceres técnicos;

3.11. Confecção e apresentação, nos prazos legais, aos Órgãos Federais, das seguintes peças: DIPJ, DIRF, RAIS, CAGED, entre outras que sejam necessárias, conforme previsão legal;

3.12. Emissão e regularização de certidões da Câmara Municipal junto a Secretaria da Receita Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), Certidão Negativa de Débitos, inclusive Dívida Ativa expedida pelas Secretarias de Fazenda do Governo do Estado de São Paulo, Certidão Negativa de Débito da Previdência Social, Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e outras que se fizerem necessárias;

3.13. Assessorar em assuntos referentes às áreas contábil, financeira e administrativa;

3.14. Assessorar a Comissão de Licitação, quando convocado, elaborando cálculos relativos a balanço patrimonial e planilhas de preços de empresas participantes em licitações da Câmara Municipal de Magda, bem como cálculos em geral de atualização de débitos;

3.15. Assessorar, ainda, nos assuntos pertinentes a Câmara, sempre que for devidamente solicitado.

3.16. Elaboração de Pareceres sobre assuntos relacionados com o seu campo de atividade, inclusive em processos cálculos de processos judiciais e administrativos da Câmara;

3.17. Zelar e responder pela guarda de toda a documentação legal e obrigatória de natureza contábil e financeira da Câmara Municipal de Magda, bem como do backup das operações realizadas em microcomputadores, conforme programas de informática específicos de uso do setor;

3.18. Elaborar orçamento da Câmara Municipal de Magda;

3.19. Propor a Diretoria as medidas necessárias à execução dos serviços de administração financeira, contábil e patrimonial.

3.20. Fiscalizar e informar, mensalmente, a Diretoria sobre a execução orçamentária;

3.21. Proceder no lançamento e baixa de notas de empenho de compras realizadas no sistema de informática correspondente, bem como perfectibilizar todos os atos necessários para o desiderato da finalidade a que se propõe este tipo de controle de gastos públicos;

3.22. Atender todos os prazos estipulados pela Câmara Municipal de Magda, referente a resoluções e procedimentos na área de atuação;

3.23. Outras atribuições não especificadas, mas que fazem parte da área contábil, financeira e de pessoal.

#### **4. FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. A execução do presente objeto se dará dentro da vigência do contrato, sob o regime de prestação de serviços técnicos, de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência e no Edital de Licitação;

4.2. Os serviços contratados deverão ser prestados em dias úteis junto ao Setor de Contabilidade da CONTRATANTE, localizado na sede da Câmara Municipal de Magda, situada na rua Brasil, nº 311, Centro, Município de Magda, Estado de São Paulo, CEP 15.310-000, respeitando-se o horário de funcionamento do órgão, das 09h00 às 11h00 e das 12h30 às 16h30.

4.3. O prazo para a apresentação dos balancetes e relatórios mensais pela contratada será de 10 (dez) dias, após a disponibilização da documentação pertinente.

4.4. Todos os procedimentos relativos ao encerramento de cada exercício, bem como a elaboração dos orçamentos, deverão ser concluídos antes do término dos respectivos prazos legais de aprovação previstos.

4.5. Caberá a contratada a responsabilidade técnica pela contabilidade da Câmara Municipal de Magda, devendo nessa condição assinar os balanços, documentos fiscais e outros pertinentes em conjunto com o Presidente.

4.6. Durante a prestação dos serviços, a contratada prestará toda a orientação necessária a melhor consecução do objeto contratado;

4.7. Caso na vigência do contrato seja necessária a realização de serviços não contemplados no mesmo e na proposta, serão feitos mediante acordo entre as partes, formalizado por meio de termo aditivo;

4.8. A contratada comparecerá em reuniões da Câmara Municipal sempre que solicitada, para prestar orientação e/ou esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado;

4.9. Assessorar nos assuntos pertinentes a Câmara, sempre que for devidamente solicitado.

## **5. PRAZO E RESCISÃO ANTECIPADA**

5.1. O prazo de vigência do contrato de prestação de serviços será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por idênticos períodos, limitados ao prazo máximo de quarenta e oito meses, nos termos da legislação vigente.

5.2. Por critério de conveniência e oportunidade, a administração poderá, a qualquer tempo, rescindir a prestação dos serviços contratados, sem incidência de multa e(ou) qualquer direito de indenização à contratada, caso seja provido por meio de concurso público o cargo efetivo de Assessor Técnico Contábil e o servidor empossado já esteja apto para desempenhar todas as atividades contratadas.

## **6. CONDIÇÕES DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

6.1. Sem prejuízo do integral cumprimento das obrigações decorrentes das demais disposições deste Termo de Referência, do Edital de Licitação e do Contrato de Prestação de Serviços, cabe à contratada:

6.1.1. Zelar pela fiel execução dos serviços, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;

6.1.2. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à contratante ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução dos serviços, bem como por aqueles que venham a ser causado por seus prepostos, em idênticas hipóteses;

6.1.3. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução dos serviços licitados, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações;

6.1.4. Arcar com todas as despesas diretas e(ou) indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como transportes, frete, carga e descarga etc;

6.1.5. Manter-se, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem à contratação;

6.1.6. Efetuar imediata e totalmente à sua custa, sem qualquer ônus para a contratante, a substituição do objeto que por quaisquer razões apresente vícios no momento do recebimento;

6.1.7. Manter a garantia dos serviços fornecidos, nas condições e períodos contratuais.

## **7. DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

7.1. A contratante obriga-se a efetuar o pagamento nas condições e prazos avençados.

7.2. A contratante obriga-se a designar servidor responsável para recebimento do objeto.

7.3. A contratante reserva-se no direito de descontar, do preço avençado, o valor de qualquer multa imposta a contratada em virtude do não cumprimento das condições estipuladas no contrato de prestação de serviços e que não sejam determinantes de rescisão contratual.

7.4. A contratante reserva-se no direito de suspender ou resilir, a qualquer tempo, a aquisição do objeto deste contrato, sem qualquer ônus ou indenização.

7.5. A contratante reserva-se no direito de exercer a fiscalização ou acompanhamento do fornecimento do objeto licitado, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da contratada.

7.6. A contratante não permitirá que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado.

7.7. A contratante prestará as informações e os esclarecimentos que venha a ser solicitado pela contratada.

## **8. DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

8.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no fornecimento do objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato; como dita o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

8.2. A contratada obrigará-se a responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas, relativas ao contrato resultante desta licitação.

8.3. Ficará por conta da contratada todas as despesas relativas à entrega do objeto ofertado.

8.4. A contratada prestará à Administração os esclarecimentos que julgar necessários para a boa execução dos serviços.

8.5. A contratada comunicará à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente.

8.6. A contratada responderá por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

8.7. A contratada se obriga a adequar-se a execução do objeto licitado diante das determinações e recomendações da contratante.

8.8. A contratada será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da execução da prestação dos serviços, isentando integralmente a contratante.

8.9. Os serviços contratados deverão ser prestados em dias úteis junto ao Setor de Contabilidade da contratante, localizado na sede da Câmara Municipal de Magda, situada na rua Brasil, nº 311, Centro, Município de Magda, Estado de São Paulo, CEP 15.310-000, respeitando-se o horário de funcionamento do órgão, das 09h00 às 11h00 e das 12h30 às 16h30.

## **9. PRERROGATIVAS**

9.1. Fica facultado a contratante as prerrogativas previstas no art. 58 da Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações.

## **10. RESCISÃO CONTRATUAL**

10.1. Considerando que o objeto licitado se faz necessário porque o cargo efetivo de Assessor Técnico Contábil da Câmara Municipal de Magda encontra-se vago. Considerando que durante o período de vigência do contrato a Câmara Municipal realizará procedimento licitatório visando à contratação de empresa para realização de todas as etapas do concurso público para provimento efetivo do mencionado cargo. A CONTRATADA se declara ciente de que o contrato poderá ser rescindido, sem incidência de multa e(ou) qualquer direito de indenização à contratada, caso o cargo efetivo de assessor técnico contábil seja provido por meio de concurso público antes do término do contrato e o servidor empossado já esteja apto para desempenhar todas as atividades contratadas.

10.2. Independentemente do disposto no item anterior, operar-se-á rescisões contratuais administrativa, amigáveis e ou judicialmente, nos termos do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, constituindo motivos para rescisão aqueles elencados no artigo 78 da referida Lei.

10.3. Caberá rescisão do contrato, sem que assista direito de indenização de qualquer espécie à contratada, quando:

10.3.1. Não cumprir as obrigações contidas assumidas;

10.3.2. A parte contratada transferir o objeto contratado a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da contratante;

10.3.3. O correndo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993;

10.3.4. Quando decorrido o prazo de vigência do contrato;

10.3.5. No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços contratados ou por ocasião da conclusão destes, conforme objeto da licitação.

## **11. FISCALIZAÇÃO**

11.1. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do fornecimento do objeto licitado, a contratante, por intermédio de seus funcionários ou de prepostos formalmente designados, reserva o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização do fornecimento.

Câmara Municipal de Magda, 26 de setembro de 2019.

Contratante: Câmara Municipal de Magda  
Presidente: Natan Pereira de Araújo



**- ANEXO II -**  
**Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação**

**DECLARAÇÃO**

**Ref.: Processo nº 65/2019**  
**Pregão Presencial nº 03/2019**

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF(MF) nº ....., **DECLARA** que para fins de participação no Pregão Presencial nº \_\_/2019, o pleno atendimento a todos os requisitos determinados no instrumento convocatório para sua Habilitação no certame, não havendo até a presente data fatos impeditivos a mesma, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

**- ANEXO III -**  
**Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho**  
**(Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal)**

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

**DECLARAÇÃO**

**Ref.: Processo nº 65/2019**  
**Pregão Presencial nº 03/2019**

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ..... portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF(MF) nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.  
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

## **DECLARAÇÃO**

**Ref.: Processo nº 65/2019**  
**Pregão Presencial nº 03/2019**

....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº .....,  
**DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.  
**Ressalva**: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....  
(data)

.....  
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**- ANEXO IV -**  
**Declaração de Inexistência de Superveniência de Fato Impeditivo à Participação em**  
**Licitações Promovidas por Órgãos ou Entidades Públicas**

**DECLARAÇÃO**

**Ref.: Processo nº 65/2019**  
**Pregão Presencial nº 03/2019**

....., inscrito no CNPJ  
nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)  
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº  
..... e do CPF(MF) nº ....., **DECLARA**, sob as penas da lei,  
a inexistência de superveniência de fato impeditivo à participação em licitações promovidas por  
Órgãos ou Entidades Públicas, inclusive por proibição temporária de contratar com o Poder  
Público, nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/1998.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

**- ANEXO V -**  
**Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**

**DECLARAÇÃO**

**Ref.: Processo nº 65/2019**  
**Pregão Presencial nº 03/2019**

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ..... portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF(MF) nº ....., **DECLARA** à Câmara Municipal de Magda/SP, para fins de participação no Pregão Presencial nº 01/2019, que se enquadra como **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte**, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a exercer o direito de preferência como critério de desempate.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

**- ANEXO VI -  
Minuta do Contrato**

**REF.: PROCESSO Nº 65/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019**

**CONTRATANTE:**

**CAMARA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**

Rua .....

CEP: .....

CNPJ: .....

Presidente

**CONTRATADA:**

**(Nome)**

(endereço)

(CEP, Cidade).

(CNPJ)

(Responsável)

Nesta data, entre as partes contratantes acima especificadas, legitimamente representadas por quem de direito, ficou ajustado o presente Termo Contratual, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:**

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a execução de serviços técnicos profissionais contábeis, abrangendo contabilidade, patrimônio, almoxarifado, folha de pagamento, prestação de contas, Audesp, Sefip, Rais, Dirf, DCTF, Siconfi, bem como demais informações e transmissões que se fizerem necessárias com fundamento na legislação em vigor, relacionadas ao presente objeto, **de acordo com as especificações técnicas dos serviços licitados previstas no Edital de Licitação, bem como no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação), que integram e vinculam este contrato para todos os fins de direito.**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇOS E CONDIÇÕES:**

**2.1.** O valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente a prestação dos serviços ora contratados será pago em 12 (doze) parcelas mensais iguais, do valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), cada uma, mediante a emissão de notas fiscais, sendo a primeira emitida no início do mês imediatamente seguinte ao da assinatura do contrato.

**2.2.** Será considerado motivo para a paralisação dos serviços e posterior rescisão de contrato o atraso de pagamento dos valores faturados por mais de 90 (noventa) dias.

**2.3.** A prestação de serviços poderá ser interrompida ou suspensa se houver falta de pagamento do preço ajustado por mais de 90 (noventa) dias.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO:**

**3.1.** O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por idênticos períodos, limitados ao prazo máximo de quarenta e oito meses, nos termos da legislação vigente.

**3.2.** Por critério de conveniência e oportunidade, a administração poderá, a qualquer tempo, rescindir a prestação dos serviços ora contratados, sem incidência de multa e(ou) qualquer direito de indenização à CONTRATADA, caso seja provido por meio de concurso público o cargo efetivo de assessor técnico contábil e o servidor empossado já esteja apto para desempenhar todas as atividades contratadas.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE DE PREÇOS:**

**4.1.** O preço previsto será reajustado anualmente utilizando-se como índice o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas referente ao último período de doze meses.

**4.2.** Caso o índice não esteja publicado na data de emissão da nota fiscal, a CONTRATADA utilizará o último índice publicado, podendo compensar a diferença para mais ou para menos na nota do mês seguinte.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - FATURAMENTO:**

**5.1.** Os valores devidos pela CONTRATANTE serão faturados no primeiro decêndio do mês seguinte ao da liquidação da prestação de serviços, com vencimento até o último dia útil do mês da emissão da respectiva nota fiscal.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO:**

**6.1.** O pagamento será efetuado no último dia útil do mês ou no primeiro dia útil imediato, mediante emissão e conferência da respectiva nota fiscal.

**6.2.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

**6.3.** O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Câmara Municipal de Magda.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

**7.1.** Sem prejuízo do integral cumprimento das obrigações decorrentes das demais disposições deste contrato, cabe à CONTRATADA:

- i) zelar pela fiel execução deste pacto, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;
- ii) responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por aqueles que venham a ser causado por seus prepostos, em idênticas hipóteses;
- iii) responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal n. 8.666/93, com suas alterações;
- iv) arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como transportes, frete, carga e descarga etc;
- v) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem a este contrato;

- vi) efetuar imediata e totalmente às suas expensas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, a substituição do objeto que por quaisquer razões apresente vícios no momento do recebimento;
- vii) manter a garantia do bem fornecido, nas condições e pelo período previstos neste contrato.
- viii) Manter-se, durante o período de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DO CRÉDITO**

**8.1.** A despesa com o objeto especificado neste contrato será custeada pela CONTRATANTE, com os seguintes recursos de 2019:

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**8.2.** O pagamento será efetuado em parcela mensal, mediante nota fiscal devidamente empenhada.

## **9. CLÁUSULA NONA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

- i) A CONTRATANTE obriga-se a efetuar o pagamento nas condições e prazos avençados.
- ii) A CONTRATANTE obriga-se a designar servidor responsável para recebimento do objeto.
- iii) A CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar, do preço avençado, o valor de qualquer multa imposta a CONTRATADA em virtude do não cumprimento das condições estipuladas neste contrato e que não sejam determinantes de rescisão contratual.
- iv) A CONTRATANTE reserva-se no direito de suspender ou resilir, a qualquer tempo, a aquisição do objeto deste contrato, sem qualquer ônus ou indenização.
- v) A CONTRATANTE reserva-se no direito de exercer a fiscalização ou acompanhamento do fornecimento do objeto deste contrato, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA.
- vi) A CONTRATANTE não permitirá que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado.
- vii) A CONTRATANTE prestará as informações e os esclarecimentos que venha a ser solicitado pela CONTRATADA.

## **10. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- i) A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no fornecimento do objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato; como dita o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- ii) A CONTRATADA obrigará-se a responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas, relativas ao contrato resultante desta licitação.
- iii) Ficará por conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à entrega do objeto ofertado.



- iv) A CONTRATADA prestará à Administração, os esclarecimentos que julgar necessários para a boa execução deste contrato.
- v) A CONTRATADA comunicará à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente.
- vi) A CONTRATADA responderá por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato.
- vii) A CONTRATADA se obriga a adequar-se a execução do objeto deste contrato, diante das determinações e recomendações da CONTRATANTE. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos com a manutenção do veículo, combustíveis e lubrificantes, seguros obrigatórios, todas as despesas com a adequação do veículo com as disposições legais.
- viii) A CONTRATADA será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da execução da prestação dos serviços, isentando integralmente a CONTRATANTE.
- ix) A CONTRATADA obriga manter-se, durante o período de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- x) Os serviços contratados deverão ser prestados em dias úteis junto ao Setor de Contabilidade da CONTRATANTE, localizado na sede da Câmara Municipal de Magda, situada na rua Brasil, nº 311, Centro, Município de Magda, Estado de São Paulo, CEP 15.310-000, respeitando-se o horário de funcionamento do órgão, das 09h00 às 11h00 e das 12h30 às 16h30.

## **11. DAS PRERROGATIVAS**

**11.1.** Fica facultada à CONTRATANTE as prerrogativas previstas no art. 58 da Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações.

## **12. DAS ALTERAÇÕES**

**12.1.** O presente Contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela CONTRATANTE, ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações.

## **13. DA EXECUÇÃO**

**13.1.** O presente Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e conforme a Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do artigo 66 da citada Lei.

## **14. DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** O presente Contrato, inclusive nos casos omissos, submete-se às normas estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

## **15. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**15.1.** Considerando que o objeto ora contratado se faz necessário porque o cargo efetivo de Assessor Técnico Contábil da Câmara Municipal de Magda encontra-se vago. Considerando que durante o período de vigência deste contrato a Câmara Municipal realizará procedimento licitatório visando a contratação de empresa para realização de todas as etapas do concurso público para provimento efetivo do mencionado cargo. A CONTRATADA se declara ciente de que o presente contrato poderá ser rescindido, sem incidência de multa e(ou) qualquer direito de indenização à CONTRATADA, caso o cargo efetivo de assessor técnico contábil seja provido por meio de concurso público antes do término deste contrato e o servidor empossado já esteja apto para desempenhar todas as atividades contratadas.

**15.2.** Independentemente do ajustado na cláusula anterior, operar-se-á rescisões contratuais administrativa, amigáveis e ou judicialmente, nos termos do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, constituindo motivos para rescisão aqueles elencados no artigo 78 da referida Lei.

**15.3.** Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito de indenização de qualquer espécie à CONTRATADA, quando:

- i) Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
- ii) A parte CONTRATADA transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- iii) O correndo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993;
- iv) Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;
- v) No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços contratados ou por ocasião da conclusão destes, conforme objeto da licitação.
- vi) Não se manter, durante o período de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como não manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **16. DA MULTA**

**16.1.** Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE reserva o direito de aplicar a CONTRATADA multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, sem prejuízo das sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE por prazo não superior a dois anos e declaração de idoneidade para licitar com a CONTRATANTE, nos termos do artigo 87, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

## **17. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**17.1.** Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações completas.

## **18. REGULAMENTAÇÃO (LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGRAS APLICÁVEIS)**

**18.1.** O presente contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e especificações técnicas dos serviços previstas no Edital de Licitação e Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação), que integram e vinculam este contrato; disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Legislação Municipal, proposta da CONTRATADA, anexos e demais preceitos de direito público aplicáveis à matéria, aplicando supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

## **19. DA FISCALIZAÇÃO**

**19.1.** Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do fornecimento objeto deste contrato, a contratante, através dos seus funcionários ou de prepostos formalmente designados, reserva o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização do fornecimento.

**19.2.** Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações relacionadas com a execução deste contrato, feitas pela contratante ou seus prepostos à contratada ou vice-versa, deverão ser encaminhados por escrito.

**19.3.** Fica nomeado como fiscal deste contrato o servidor efeito da Câmara Municipal de Magda \_\_\_\_\_.

## **20. DO FORO**

**20.1.** Fica eleito o foro da Comarca de NHANDEARA, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer pendências e controvérsias oriundas do presente contrato.

E por assim se acharem justos e contratados, mandaram elaborar o presente, que foi lido e achado conforme, ao qual conferem plena e irrevogável validade, depois de rubricado em todas as folhas e anexos e assinado na presença de testemunhas que a tudo assistiram nesta data.

Câmara Municipal de Magda, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**CONTRATANTE: Câmara Municipal de Magda**  
**Presidente:**

**CONTRATADA:**  
**Representante Legal:**

### **TESTEMUNHAS**

#### **01- TESTEMUNHA**

Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF(MF): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **02- TESTEMUNHA**

Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF(MF): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADA: \_\_\_\_\_

CONTRATO N° (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

ADVOGADO (S) N° OAB (\*): \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Responsáveis que assinaram o ajuste:**

**Pelo CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Advogado:**

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

**CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**  
**CADASTRO DO RESPONSÁVEL**

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

CONTRATO N° (DE ORIGEM):

OBJETO:

Nome:	
Cargo:	
RG:	
CPF:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

*(\*) Não deve ser o endereço do Órgão e/ou Poder. Deve ser o endereço onde poderá ser encontrado(a), caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo.*

**Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP**

Nome:	
Cargo:	
RG:	
CPF:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

Local e data:

Responsável (nome, cargo e assinatura)